

Conteúdo Programático – Função de Advogado

1. Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: Fundamentos jurídicos. Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro
2. Agentes públicos: servidor público e funcionário público; cargos, empregos e funções; regime jurídico dos servidores públicos; acumulação remunerada de cargos públicos; natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais. Servidores públicos. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. (artigos 39 a 41 da Constituição Federal)
3. Princípios da Administração Pública (art. 37, da CF);
4. Administração Pública direta e indireta. Descentralização e desconcentração da atividade administrativa. Relação jurídico-administrativa. Personalidade de direito público. Conceito de pessoa administrativa. Teoria do órgão da pessoa jurídica: aplicação no campo do direito administrativo. Classificação dos órgãos e funções da administração pública. Autarquias e Fundações Públicas.
5. Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo. Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. Atos administrativos simples, complexos e compostos. Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. Atos administrativos gerais e individuais. Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. Controle do ato administrativo. Ato administrativo inexistente. Atos administrativos nulos e anuláveis. Teoria das nulidades no direito administrativo. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes;
6. Licitação Pública: princípios, modalidades, tipos, inexigibilidade e dispensa (artigos 22, XXVII, e 37, XXI da Constituição Federal, artigos 3º, 21 a 26 da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02).

7. Contratos Públicos e Cláusulas Exorbitantes e convênios Públicos (artigos 54 a 59 e 65 da Lei nº 8.666/93).
8. Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná – Lei 6.174/70.
9. Autonomia Universitária.